

10º ENCONTRO ABCP
30 de agosto a 02 de setembro de 2016
Belo Horizonte, MG

Área Temática: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

**A PUBLICAÇÃO DE TESES DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS DO
INSTITUTO RIO BRANCO E O PAPEL DO ITAMARATY NA PRODUÇÃO E
NA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Luiz Antônio Correia de Medeiros Gusmão
Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

RESUMO

Embora seja reconhecido o papel do Itamaraty no desenvolvimento do campo das relações internacionais no Brasil, não há trabalhos dedicados a analisar a produção de estudos e análises pelo corpo diplomático brasileiro. Neste artigo, analisamos a publicação de teses elaboradas por diplomatas no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr). Parte integrante do sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, o CAE tem por objetivo atualizar e aprofundar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. O diplomata inscrito no Curso deve preparar tese e submetê-la a uma Banca Examinadora, para arguição oral. Embora muitos desses trabalhos tenham caráter sigiloso, parte considerável é publicada, de forma sistemática, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Nesse contexto, abordamos as características gerais das teses do CAE, discutimos a representatividade e possíveis vieses impostos pela seleção das obras publicadas e buscamos identificar temas recorrentes, atípicos ou originais desse conjunto de estudos sobre a política externa brasileira. Concluímos com observações sobre como esse conjunto de estudos pode informar o público acadêmico e disseminar o conhecimento das relações internacionais pelo público em geral.

Palavras-chave: Itamaraty; Teses do CAE; Produção do conhecimento.

A PUBLICAÇÃO DE TESES DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS DO INSTITUTO RIO BRANCO E O PAPEL DO ITAMARATY NA PRODUÇÃO E NA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL¹

Luiz Antônio Correia de Medeiros Gusmão²

Introdução

É de amplo conhecimento o importante papel que o Itamaraty tem exercido, no Brasil, para a constituição do campo de pesquisa sobre relações internacionais e a produção de análises da política externa do país (ALMEIDA, 2006; LESSA, 2005b; MYIAMOTO, 2003). Ao longo do processo de institucionalização da área, que se dá a partir década de 1970, há uma relação de simbiose entre diplomatas de carreira e acadêmicos das mais diversas áreas. Tal relação se evidencia na agenda de pesquisa dos primeiros estudiosos brasileiros, que se desenvolveu a par da agenda da política externa, dedicando-se basicamente a explicar a formulação e a implementação das decisões tomadas pelos agentes governamentais (PINHEIRO, 2008, p. 4).

Hoje, embora a comunidade brasileira de internacionalistas tenha crescido e ganhado autonomia com a formação de milhares de bacharéis e a profusão de instituições e programas em todas as regiões do país, inclusive em cidades do interior, ainda se observa certa predominância da produção diplomática no ensino e na pesquisa de relações internacionais. Embora haja consciência desse fato, PINHEIRO e VEDOVÉLI (2012) constataram, em pesquisa feita com professores de programas de pós-graduação e graduação na área, que

“ao mesmo tempo em que afirmaram distinguir a produção dos diplomatas da produção dos acadêmicos em termos de sua inserção institucional, também indicaram realizar uma *apropriação ambígua da produção dos diplomatas* ao utilizá-la tanto *como fonte para suas respectivas análises sobre a posição da diplomacia brasileira* quanto *como análise interpretativa, ou seja, de ordem explicativa da política externa.*” (p. 213, nota 4, ênfase nossa)

¹ Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa sobre o papel do Itamaraty na produção e disseminação de conhecimento em Relações Internacionais no Brasil, conduzido pelo autor no âmbito de suas atribuições de Analista de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). O autor agradece à FUNAG pelo apoio à realização desta pesquisa. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do seu autor e não refletem, necessariamente, aquelas da FUNAG nem de outras instituições porventura mencionadas.

² Analista de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Mestre em Ciência Política (IUPERJ), Doutor em Relações Internacionais (IRel/UnB).

A influência do corpo diplomático pode ser aferida pelo volume de trabalhos produzidos nos cursos mantidos pelo Instituto Rio Branco (IRBr), voltados para o aperfeiçoamento dos servidores da carreira diplomática³. Apesar da relevância inegável para o campo, não há muitos trabalhos que tenham se dedicado a analisar, especificamente, o conjunto da produção de estudos e análises elaboradas pelo próprio corpo diplomático brasileiro⁴. Nesse sentido, este artigo consiste em um estudo exploratório que traz os primeiros resultados de um projeto de pesquisa aplicada sobre o papel do Itamaraty na produção e disseminação do conhecimento sobre relações internacionais no Brasil. Procuramos inseri-lo em um nicho específico do tradicional campo da sociologia do conhecimento, aqui entendida como um campo de investigação que se ocupa dos *atores* que, situados em certos *lugares sociais* ou inseridos em *instituições*, baseiam-se em *procedimentos considerados legítimos ou válidos* por uma coletividade para, assim, formular produtos intelectuais (*ideias, práticas e técnicas*), no intuito de compreender, preservar ou transformar determinada *realidade* que, por uma razão ou outra, é problematizada como *objeto de estudo*.

Especificamente, analisamos a publicação de teses elaboradas por diplomatas no Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBr, com base em um banco de dados sobre as publicações da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)⁵. Inicialmente apresentamos estatísticas descritivas que resultam num amplo quadro da publicação de teses do CAE ao longo dos últimos 25 anos. Tendo abordado os vieses impostos

³ Criado em 1945, como parte do processo de modernização burocrática da diplomacia brasileira, o IRBr promove anualmente três cursos que integram o sistema de treinamento e qualificação na carreira diplomática e que são necessários para progressão funcional: i) o *Curso de Formação*, para avaliação das aptidões e da capacidade dos recém-nomeados para o cargo de Terceiro Secretário; ii) o *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas* (CAD), para aprofundamento e atualização dos conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos e Primeiros Secretários e iii) o *Curso de Altos Estudos* (CAE), instituído como requisito à promoção de conselheiro a ministro de segunda classe, cujos trabalhos são o objeto de análise deste artigo.

⁴ As resenhas de livros escritos por diplomatas feitas por Paulo Roberto de Almeida para os boletins trimestrais da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) merecem uma nota. Recentemente reunidas em antologias temáticas, suas 168 minirresenhas (ALMEIDA, 2014a) e seus 59 artigos de resenha (ALMEIDA, 2014b) oferecem um catálogo extenso e minucioso, senão representativo, da produção intelectual da classe diplomática. Contudo, restringem-se a obras lançadas, na sua grande maioria, a partir de 2004 e, pela numerosidade, sua leitura não basta, por si só, para oferecer uma visão geral da formação, do desenvolvimento e das características específicas desse *corpus* bibliográfico que veio se formando ao longo das últimas décadas.

⁵ O autor agradece a Janete da Silva Vieira, do Núcleo de Informação e Informática, pelo levantamento inicial das publicações disponíveis na Biblioteca Digital da FUNAG e a Márcia Costa Ferreira, do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, pela consolidação dos dados a partir dos quais foi produzida esta pesquisa. A base intitulada *Lista de Publicações da FUNAG* se encontra disponível em: <<https://goo.gl/B0bKFs>>.

pela seletividade das obras escolhidas para publicação, discutimos a representatividade das obras publicadas para, em seguida, identificar temas recorrentes, atípicos e mesmo originais que conformam esse *corpus* bibliográfico de estudos sobre a política externa brasileira. Concluímos com algumas observações sobre o potencial desses estudos para informar o público acadêmico e disseminar o conhecimento das relações internacionais ao público em geral.

A elaboração de teses do CAE: o Itamaraty como produtor de conhecimento sobre RI no Brasil

O papel dos diplomatas de carreira na produção do conhecimento sobre Relações Internacionais e, mais especificamente, na Análise da Política Externa, ganhou forte impulso com a criação efetiva do CAE, em 1977, como pré-requisito para ascensão do profissional na carreira. O Curso integra o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata e tem por objetivo atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes.

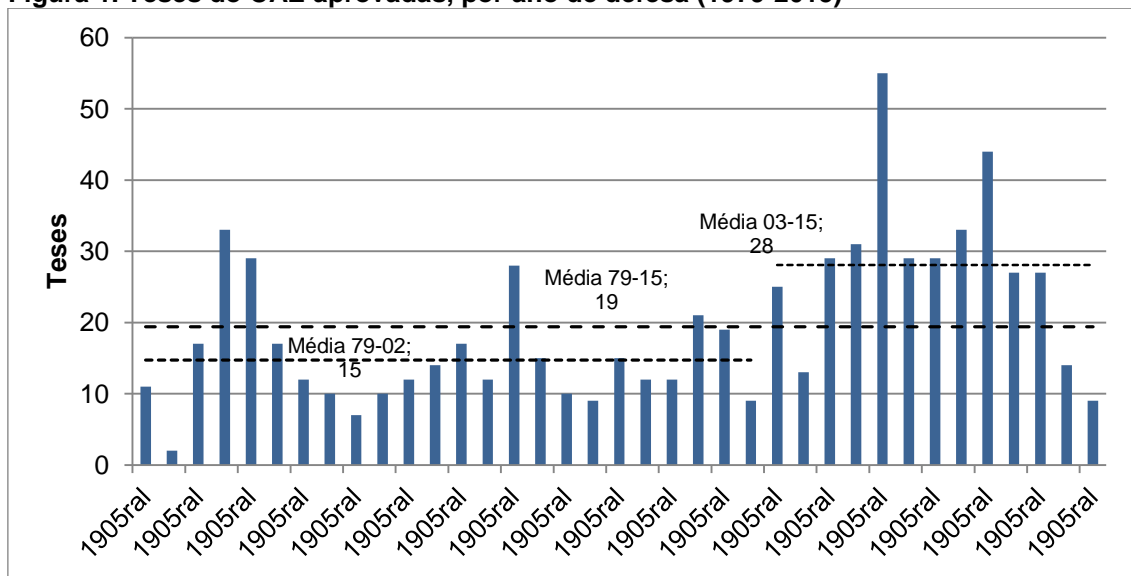
Formalmente, todo processo se configura como uma pesquisa acadêmica. O Curso consiste na elaboração de uma tese analítica e propositiva, com relevância funcional e utilidade para a diplomacia brasileira ou, ainda, que represente contribuição para a historiografia e o pensamento diplomático do Brasil. O candidato ao CAE deve apresentar um projeto, submetê-lo à aprovação de comissão de consultores que autorizam a preparação e a apresentação da tese. Ela é avaliada por uma banca examinadora composta por ministros de primeira classe e subsidiada por pareceres elaborados por dois relatores. A banca examinadora decide se o trabalho está apto a passar à fase de defesa e, caso afirmativo, seus autores são convocados para a arguição.

Na fase de arguições, o candidato expõe e defende oralmente sua tese e assiste às arguições dos demais candidatos. A banca examinadora recomenda a publicação dos trabalhos aprovados que, a seu juízo, mereçam tal distinção. A publicação é feita, normalmente, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). A avaliação dos trabalhos é feita no mais completo sigilo de autoria. Os examinadores não são informados sobre a identificação dos autores dos trabalhos e esses não são informados sobre a identidade dos examinadores até a fase de arguições.

Entre 1979 e outubro de 2015, foram aprovadas 718 teses do CAE. A figura 1, abaixo, mostra o comportamento irregular da quantidade de teses defendidas

anualmente, nesse período. Enquanto a média para todo o período é de 19 teses aprovadas por ano, há grande amplitude nessa série que varia entre o mínimo de duas teses aprovadas, em 1980, e o máximo de 55, em 2007.

Figura 1. Teses do CAE aprovadas, por ano de defesa (1979-2015)



Fonte: IRBR (2015). Elaboração do autor.

A figura revela ainda que a produção de teses se acelera a partir de 2003, ano em que é alcançada a marca de 50% do total das teses aprovadas no período. Ou seja, foram necessários 23 anos, de 1979 a 2003, para se chegar à metade das teses do CAE aprovadas, e apenas doze para que se produzisse a outra metade. Ainda em 2003, a aprovação de teses alça novo patamar: enquanto de 1979 a 2002, aprovavam-se, em média, cerca de quinze teses por ano, a partir de 2003 até 2015, esse índice quase dobra, chegando a 28 aprovações por ano. Essa dinâmica se processa paralelamente ao aumento do número de entrada de diplomatas brasileiros entre 2006 e 2010, período em que ocorre, nas palavras de FARIAS e CARMO (2015), uma “ruptura histórica no padrão de recrutamento” do Itamaraty: 530 pessoas foram admitidas na carreira, quase a mesma quantidade do total de admissões havidas entre 1987 e 2005 (539)⁶.

⁶ FARIAS e CARMO (2015) sugerem três fatores explicativos para a variação no regime de admissão de diplomatas: disponibilidade orçamentária, associada à arrecadação e ao crescimento econômico do país; o número de postos no exterior, associado ao número de estados e à natureza do sistema internacional e o grau de interesse presidencial pela política externa.

As teses do CAE aprovadas constituem um volume significativo em relação à produção acadêmica. Segundo dados do Banco de Teses e Dissertações do IPRI⁷, apresentados na tabela abaixo, elas representam mais de um quinto da produção de teses e dissertações elaboradas em programas brasileiros de pós-graduação em relações internacionais e outros com linhas de pesquisa relacionadas a esse campo. Somadas às dissertações do mestrado em Diplomacia do IRBr, chega-se a um montante que representa quase 30% de todos os trabalhos cadastrados.

Tabela 1. Teses e dissertações em Relações Internacionais e áreas afins no Brasil, por titulação (1969-2015)

Titulação	Quant.	%
Mestrado	1.772	53,7%
Doutorado	574	17,3%
Curso de Altos Estudos (CAE)	718	21,7%
Mestrado IRBr ⁸	237	7,3%
Total	3.301	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações (IPRI, 2016).

Com o total de 955 títulos de teses do CAE e dissertações do mestrado em Diplomacia, o IRBr ocupa a primeira posição dentre todas as instituições de ensino superior que possuem trabalhos cadastrados no Banco, sendo seguido pela Universidade de Brasília (657), a Universidade de São Paulo (359) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (210). Em conjunto, esses números permitem afirmar que o Itamaraty continua a ser, isoladamente, um importante centro da reflexão e produção intelectual na área.

Sem a devida contextualização histórica, esse quadro poderia gerar uma percepção negativa da área não apenas pela concentração em si, mas principalmente pelo fato de que os conceitos, ideias e prescrições geradas por esse centro intelectual são intrinsecamente, produtos de operadores da política externa mais voltados, compreensivelmente, para objetivos da prática diplomática do que para elaborações teórico-metodológicas e testes de hipóteses que marcam os trabalhos estritamente

⁷ O Banco reúne teses e dissertações dos programas de pós-graduação de mestrado e doutorado em relações internacionais e áreas afins defendidas no Brasil, desde 1969. Ele está disponível para consulta e pode ser baixado em formato de planilha do Excel (xls) em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/>>. Uma análise do perfil e da evolução dos programas, elaborada com base em uma versão inicial do Banco, foi apresentada por GUSMÃO (2012).

⁸ Termo utilizado pelo Banco para classificar as dissertações do Mestrado profissionalizante em Diplomacia, para diplomatas do curso inicial de formação, realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr). Com início em 2002, encontra-se hoje desativado e teve sua última turma em 2012.

acadêmicos. Nessa condição de servidores dos interesses do Estado, a reflexão diplomática estaria, por um lado, caracterizada pela tendência de *both to avoid saying certain things (an occupational hazard) and to say certain other things for reasons that are much more political than academic* (VARGAS, 2009, p. 1) e, por outro lado, de constituir um “‘longo memorando’ interno à carreira, [como] geralmente são aqueles trabalhos que ficam marcados pela adesão à, e pelo conformismo com a doutrina do momento” (ALMEIDA, 2014b, p. 14).

Contudo, o resultado da sua recepção pela academia, desde os primeiros anos da constituição do campo, não a viciou nem a subordinou a um discurso oficioso de legitimação da política externa⁹. A ampliação da comunidade acadêmica, paralelamente ao adensamento da reflexão e o desenvolvimento do “diálogo interparadigmático”, na década de 1990 (LESSA, 2005), tampouco se processou em detrimento dos “diplomatas enquanto intelectuais”, mas antes, em colaboração com eles. Dessa forma, ao lado de outras vozes autorizadas, provenientes do meio acadêmico, a classe diplomática continua a representar uma parcela influente e atuante da comunidade, com grande inserção na academia e projeção social em meios de comunicação (PINHEIRO e VEDOVÉLI, 2013).

Outra característica que diferencia as teses elaboradas por diplomatas são seu aspecto sigiloso. Devido ao uso de informações sensíveis sobre assuntos políticos. Os critérios para a classificação das teses de CAE como sigilosas são os estabelecidos na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011)¹⁰. O acesso restrito tem sido

⁹ A constituição da comunidade de Relações Internacionais no Brasil como interlocutor e sua relação com o Itamaraty são a preocupação de FONSECA JR. (2011) em sua tese do CAE, defendida em 1981, quando o campo ainda era incipiente. Para o autor, a aproximação entre o Itamaraty e a academia deveria preservar a liberdade de pesquisa e de pensamento: “os serviços que a comunidade acadêmica prestar, serão remunerados com conhecimento, e a instituição [Itamaraty] terá que se ‘abrir’ um tanto, para que o trabalho seja efetivo. Em contrapartida, a possibilidade de formação é também um aspecto positivo para a instituição. *Poderá ‘influir’ mais diretamente na definição dos modos de pensar a política externa do pesquisador, se souber manter com ele diálogo franco e aberto.* [...] politicamente, *interessa que a perspectiva do Itamaraty seja colocada no processo de argumentação dos pesquisadores.* [...] O primeiro interesse político é, portanto, de *contribuir com o diálogo e com a memória para que o argumento institucional permeie a pesquisa (não condicione, no entanto, os seus resultados).*” (FONSECA JR., 2011, p. 71, ênfases nossas)

¹⁰ Em resposta à consulta sobre o acesso a teses do CAE, feita em 17/01/2014 (Protocolo 09200000017201499), o Sistema de Informação ao Cidadão – SIC do MRE esclarecia: “Nos termos do Art. 39 da LAI, enquanto não forem revistos todos os documentos secretos e ultrassecretos, os prazos de sigilo permanecem aqueles anteriores à vigência da Lei. Esse trabalho de revisão está sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação da Documentação Sigilosa do MRE (CPADS), criada pela Portaria no 272, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 15 de setembro de 2005. A CPADS é presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores e composta pelos Subsecretários-Gerais e pelos Chefes de

contornado, em parte, com a publicação pela FUNAG de teses que são indicadas pelo IRBr. A próxima seção abordará esse ponto.

A publicação de teses do CAE: a FUNAG e a disseminação do conhecimento em RI no Brasil

Embora muitas teses do CAE tenham caráter sigiloso e não possam ser divulgadas na íntegra ou sem relevantes edições, parte delas é publicada, de forma sistemática, pela FUNAG¹¹, desde 1989. Para análise das publicações de teses, foi elaborada uma Lista de Publicações da FUNAG com dados obtidos a partir de um levantamento inicial das obras editadas disponíveis para *download* na página da Biblioteca Digital da Fundação na Internet. Esse levantamento foi complementado por meio de pesquisas bibliográficas e, na consolidação da base, fizeram-se correções de dados, homogeneização de nomes, complementação de informações e exclusão de repetições.

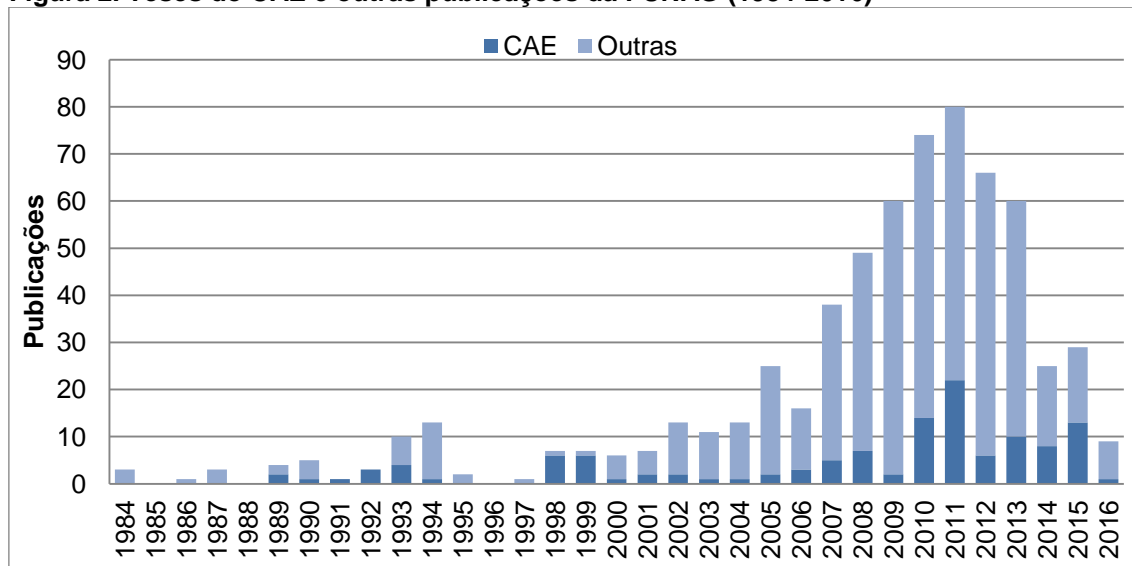
Para cada publicação são cadastradas informações sobre: título, autor, ementa, assunto, editora, ano de publicação, coleção. Especificamente para as teses do CAE, cadastram-se dados sobre ano de defesa, turma do candidato e palavras-

Gabinete do Ministro de Estado e do Secretário-Geral das Relações Exteriores. O prazo para a conclusão da análise da documentação sigilosa é 15 de maio de 2014. Caso o [interessado] efetue solicitação para acesso a algum trabalho específico, o Instituto Rio Branco procederá à análise e a verificação de seu grau de sigilo e, não se tratando de documentação classificada, franqueará a consulta ao trabalho, inclusive por meio eletrônico, quando disponível. Caso o interesse seja por acesso a tese(s) que contenha(m) partes sigilosas, nos termos da LAI, faculta-se acesso às dependências do Instituto Rio Branco, em data e hora a serem previamente acertadas, para efetuar a consulta presencial à parte não sigilosa do(s) referido(s) trabalho(s). Para tanto, roga-se entrar em contato com o servidor Henrique Alves, funcionário do setor responsável pela guarda dos documentos, por meio do seguinte endereço de correio eletrônico: henrique.alves@itamaraty.gov.br.”

¹¹ Em pesquisa realizada pela Universidade da Pensilvânia, no âmbito do programa *Think Tanks and Civil Societies*, a Fundação figurou, pelo terceiro ano consecutivo, entre os melhores centros governamentais e intergovernamentais. Como afirma o Embaixador Sergio Moreira Lima (2015), em artigo escrito por ocasião da divulgação da pesquisa: “A Fundação é entidade líder em número de livros sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. [...] coleções como ‘Clássicos IPRI’, ‘Teses de CAE’, ‘Política Externa Brasileira’ e ‘Em Poucas Palavras’ dão a medida de suas obras e da contribuição que presta à bibliografia nacional. [...] A permanência da FUNAG entre os melhores *think tanks* distingue uma instituição pública dedicada a atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais e do pensamento diplomático brasileiro. Seus esforços na difusão da política externa e na aproximação entre diplomacia, academia e sociedade transcendem o plano doméstico por meio da cooperação com instituições congêneres de outros países e do portal na *Internet*.” (MOREIRA LIMA, 2015)

chave¹². A base assim consolidada inclui publicações pioneiras da década de 1980 e reedições, abrangendo obras publicadas entre 1984 e 2016. No total, estão listados 641 títulos cuja distribuição ao longo dos anos é mostrada na figura a seguir.

Figura 2. Teses do CAE e outras publicações da FUNAG (1984-2016)



Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

A figura revela importantes momentos ruptura no padrão de publicações da Fundação. O primeiro, no biênio 1993-1994, quando o número de obras publicadas 23 obras, mais do que o total de registros entre 198 e 1991 (20). Esse ritmo, contudo, é refreado subitamente no triênio seguinte de 1995-1997 que representa o ponto mais baixo da série, com apenas três publicações, sendo que, em 1996, não se registra nenhuma. No quadriênio de 1998 e 2002, retomam-se as publicações com 27 títulos no período. A segunda ruptura ocorre em 2002, quando a FUNAG retoma um ritmo mais intenso de publicações que segue até 2004: nesse triênio são publicadas 37 obras, 19% a mais do que os sete anos anteriores. A terceira ruptura no padrão histórico ocorre a partir de 2005 (quando se registram 25 publicações (quase o dobro do máximo, até então, de 13 publicações, em 1994, 2002 e 2004). Após uma breve contração em 2006 (com 16 publicações) essa marca será superada todos os anos,

¹² O assunto consiste nas palavras de descrição da ficha catalográfica, quando disponível. As palavras-chave das teses do CAE foram, num primeiro momento, definidas com base no “Índice por Assuntos” da lista de teses aprovadas (ver IRBR, 2015). Para que todos os títulos tivessem pelo menos duas e no máximo cinco palavras-chave, na fase de consolidação da base, foram acrescentadas palavras tiradas do título, da ementa e/ou do assunto. Dessa forma, a atribuição de palavras-chave é feita com base tanto na linguagem livre do autor quanto em termos padronizados.

ininterruptamente, até 2011 quando se alcança o maior número de toda a série: 80 publicações. Cabe ainda observar que, entre 2007 e 2013, foram publicadas 427 obras, o que corresponde a mais de 65%, q de todos os registros.

Fatores diversos concorrem para explicar essas rupturas e retrações na dinâmica de publicação da FUNAG. Para além da política editorial e das prioridades estratégicas estabelecidas por sua alta gestão (Conselho Superior, Presidência e Diretorias), recursos humanos e financeiros estão fortemente associados aos momentos de ruptura. No que se refere, especificamente, à última e mais impressionante ruptura, o aumento do quadro de servidores por meio de concursos públicos (2005 e 2010) e a ampliação do orçamento da instituição nesse período (efeitos indiretos tanto da importância dada pelo governo à pasta quanto do aumento das disponibilidades orçamentárias obtidas com o crescimento econômico do país) impactaram fortemente na capacidade editorial da Fundação. Eles forneceram a base para alcançar as impressionantes marcas alcançadas de 2007 a 2011 e conferiram à Fundação a capacidade material para se estabelecer num patamar muito superior ao das décadas anteriores.

O gráfico também permite concluir que as teses do CAE também foram importantes para alavancar a quantidade anual de publicações, em números absolutos, entre 2010-2015. Nesse período foram publicadas 73 teses, o equivalente a quase 60% do total dessa coleção. Atualmente, considerando-se as reedições, elas compõem cerca de um quinto do total de publicações da FUNAG, como demonstra a tabela a seguir.

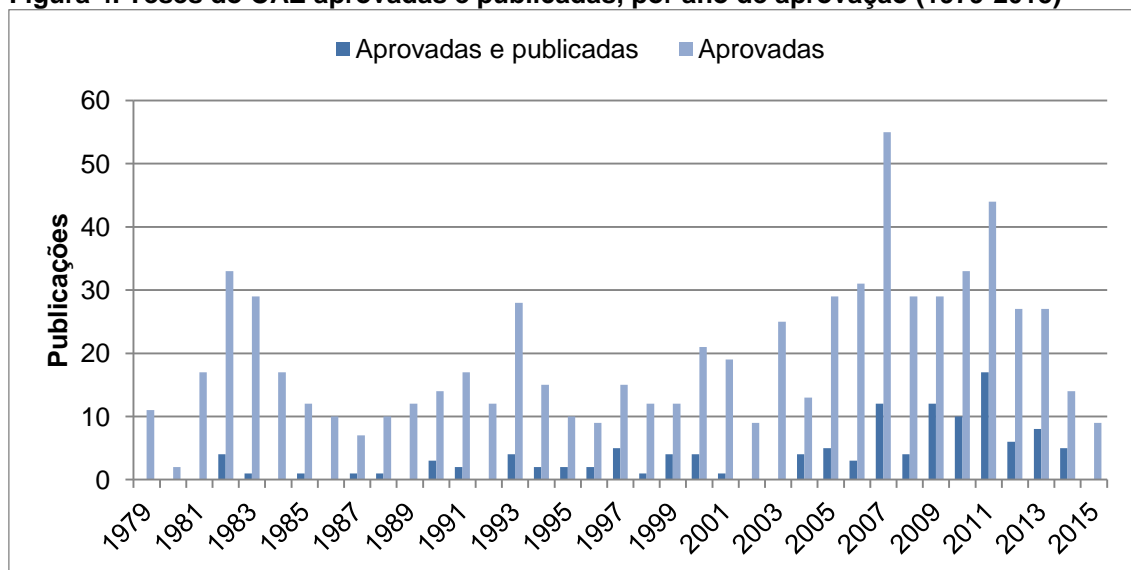
Tabela 2. Teses do CAE e outras publicações da FUNAG (1984-2016)

Coleção	Publicações	%
CAE	124	19,3%
Outras	502	80,7%
Total	626	100,0%

Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

Quase 17% das teses do CAE já aprovadas foram também publicadas pela FUNAG. A figura 3 abaixo mostra a distribuição irregular dessas teses, de acordo com o ano em que foram defendidas. O gráfico revela que nenhuma das teses defendidas entre 1979 e 1981 ou nos anos de 1984, 1986,1989, 2002 e 2003 foi publicada até hoje. Mostra ainda que cerca de 60% das teses aprovadas e publicadas foram defendidas entre 2007 e 2014 (74 teses).

Figura 4. Teses do CAE aprovadas e publicadas, por ano de aprovação (1979-2015)



Fonte: Lista de Publicações da FUNAG e IRBR (2015). Elaboração do autor.

Esse quadro deve ser complementado pelas informações da tabela 3, que mostra estatísticas descritivas do tempo que teses já aprovadas passaram até serem publicadas, excluindo as reedições. Para efeito de análise, os dados foram agregados por quinquênio.

Tabela 3. Tempo médio até publicação de teses do CAE aprovadas (1989-2015)

Ano de publicação	Publicações	Tempo até publicação				Desvio padrão
		Mínimo	Média	Máximo	Amplitude	
1989-1990	3	3	4,67	7	4	2,08
1991-1995	9	0	4,56	11	11	4,03
1996-2000	12	1	2,92	6	5	1,88
2001-2005	8	1	4,38	12	11	3,46
2006-2010	30	0	2,23	18	18	3,24
2011-2015	58	0	2,81	30	30	4,84
1989-2015	120	0	2,96	30	30	4,07

Fonte: Lista de Publicações da FUNAG e IRBR (2015). Elaboração do autor.

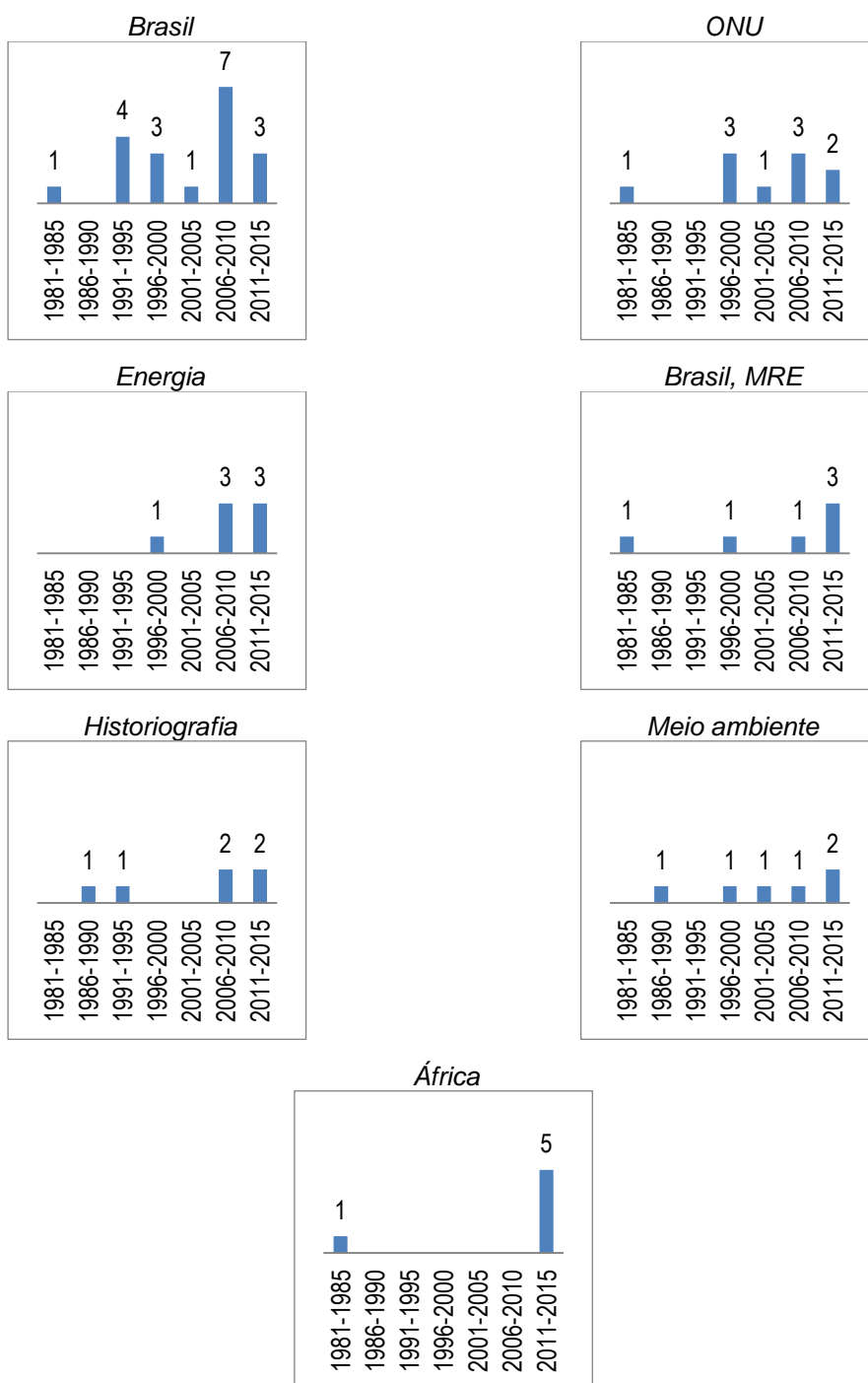
Podemos ver que o número de teses publicadas quatro vezes entre 1989 e 2000, enquanto o tempo médio até sua publicação sofre uma redução de 1,75 ano (37,5%). No quinquênio de 2001 a 2005, paralelamente à brusca queda de 30% em publicações, esse tempo torna a aumentar em 50%, para 4,4 anos, ainda num patamar inferior ao período de 1989-1995. Entre 2006 e 2010, ocorre um aumento vertiginoso

de teses publicadas, que passam de oito para 30. Nesse período, o tempo médio sofre nova queda, alcançando o ponto mais baixo da série (2,23 anos). No último quinquênio, o número de publicações praticamente dobra em relação ao período anterior e o tempo médio mantém-se estável, indicando a publicação de teses bastante antigas.

Os temas abordados pelas teses do CAE podem ser identificados com base em palavras-chave. Elas foram atribuídas para organização temática, com base na classificação do IRBR (2016) e nas fichas catalográfica, de forma que todas as teses contivessem, pelo menos, duas e, no máximo, cinco palavras. Dessa forma, obtivemos uma lista de 234 palavras-chave diferentes e um total de 382 ocorrências. Nesse tesouro, 161 palavras-chave (68,8%) ocorrem apenas uma vez; 32 palavras (13,7%) ocorrem duas vezes; 13 palavras (5,5%), ocorrem três vezes; sete palavras (3,0%), quatro vezes; quatro palavras (1,7%), cinco vezes; outras quatro (1,7%), seis vezes. A tabela do Anexo 3 lista todas as palavras-chave, por número de ocorrências.

A figura 5, a seguir, por sua vez, mostra as distribuições dos sete indexadores que apresentam pelo mais de cinco ocorrências, por ano de defesa, ao longo do período.

Figura 5. Palavras-chaves de teses do CAE com maior ocorrência, por ano de aprovação (1982-2015)



Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

Brasil é a palavra mais frequente, com 19 ocorrências, das quais 10 se dão entre 2006 e 2015. Os trabalhos indexados com essa palavra levaram em média 4,6 anos para publicação. Esse tema apresenta trajetória declinante entre 1991 e 2005, para tornar-se, subitamente, recorrente. Sob essa rubrica, aninham-se teses que fazem interseção com diversos assuntos. Há aquelas que exploram temas específicos

do Direito do Mar como a definição do mar territorial e da zona econômica exclusiva [id #471], a cooperação internacional para gerenciamento costeiro [id #5] e o estabelecimento do limite exterior da plataforma continental [id #590]. Outras constituem estudos de história diplomática sobre eventos e personagens dos períodos colonial e imperial [id #1 e #393].

Boa parte das teses com essa palavra-chave aborda aspectos da atuação do país em âmbito multilateral como questões práticas e operacionais das operações de manutenção de paz [id #469], processos de reforma de organismos internacionais [id #561] e participação em conferências ambientais das Nações Unidas [id #167]. Outras exploram as relações bilaterais com países emergentes para formação de parcerias em áreas consideradas estratégicas [id #164] e com países em desenvolvimento para implantação de projetos de cooperação técnica. A interface da diplomacia com políticas públicas setoriais também figura em análises de casos como a proteção de populações indígenas e de comunidades de brasileiros no exterior. Especificamente sobre temas de economia política, há teses sobre a atuação do Itamaraty na proteção de patentes sobre produtos farmacêuticos e uma abordagem comparada de programas nacionais de inovação.

Os princípios orientadores da política externa são tema de teses sobre a redefinição da política brasileira de defesa no contexto dos debates sobre a segurança hemisférica do pós-Guerra Fria e sobre a reformulação de diretrizes da política externa durante a redemocratização; Finalmente, há teses sobre a presença do país na Ásia Central e a incorporação de atos internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro.

A segunda palavra de maior ocorrência é *ONU*, com 10 registros de frequência, confirmando a importância conferida ao multilateralismo na atuação diplomática do país. Com média de 3,1 anos até publicação (ver Figura 6, a seguir), boa parte de suas teses (cinco títulos) foi defendida entre 2006 e 2015. Em conjunto, abordam desde temas de comércio internacional, como regras e princípios para o controle das práticas comerciais restritivas [id #405], até a segurança internacional, como intervenção internacional no Iraque [id #2], operações de manutenção de paz [id #156 e #469]. Há ainda teses sobre a agenda socioambiental das Nações Unidas [id #167 e #753], a participação de organizações não governamentais [id #306], reforma de organismos do sistema ONU [id #538] e aspectos éticos da biomedicina e seus impactos sobre os direitos fundamentais da pessoa humana [id #750]

A terceira palavra-chave de maior ocorrência, *Energia*, com sete ocorrências, indexa teses defendidas entre 2006 e 2015, à exceção apenas de uma publicação cuja

defesa ocorreu no segundo quinquênio da década de 1990. Isso pode indicar um exercício de diplomacia pública do Itamaraty sobre tema que possui interfaces com interesses geopolíticos, estratégias de integração regional e setores econômicos nacionais. As teses desse grupo versam sobre a comercialização do etanol como um produto de base (*commodity*) [id #4]; a transição global para modos de produção com base em fontes de energia alternativa [id #194]; a formação de parcerias para cooperação internacional no setor energético pela via de organismos internacionais [id #751] ou de relações bilaterais com grandes economias de países desenvolvidos [id #225 e #460]; a utilização de suprimentos de gás natural na formação da matriz energética brasileira e a vinculação física com países fronteiriços, à luz da política brasileira de integração regional [id #262 e #741].

Com seis ocorrências cada um, figuram os indexadores *Brasil*, *MRE*, *Historiografia*, *Meio ambiente* e *África* apresentam seis ocorrências. Com média de oito anos para publicação, o grupo de teses indexadas por *Brasil*, *MRE* abrange aspectos organizacionais e administrativos tanto históricos (iniciativas de racionalização e burocratização da política externa no período Imperial [id #268 e processo de decisão para reconhecimento da independência de Angola e seu governo [id #720]) quanto recentes (relações do Itamaraty com a academia [id #123], gestão de instituições de memória [id #215], instrumentalização das divisões ligadas diplomacia cultural como promotoras da produção cultural brasileira [id #559]). As teses indexadas como *Historiografia* avaliam a atuação diplomática e o legado de personalidades históricas (José Bonifácio [id #1], Visconde do Uruguai [id #268] e Oliveira Lima [id #299] e aspectos metodológicos e filosóficos dos estudos históricos no que se refere à informação diplomática [id #766].

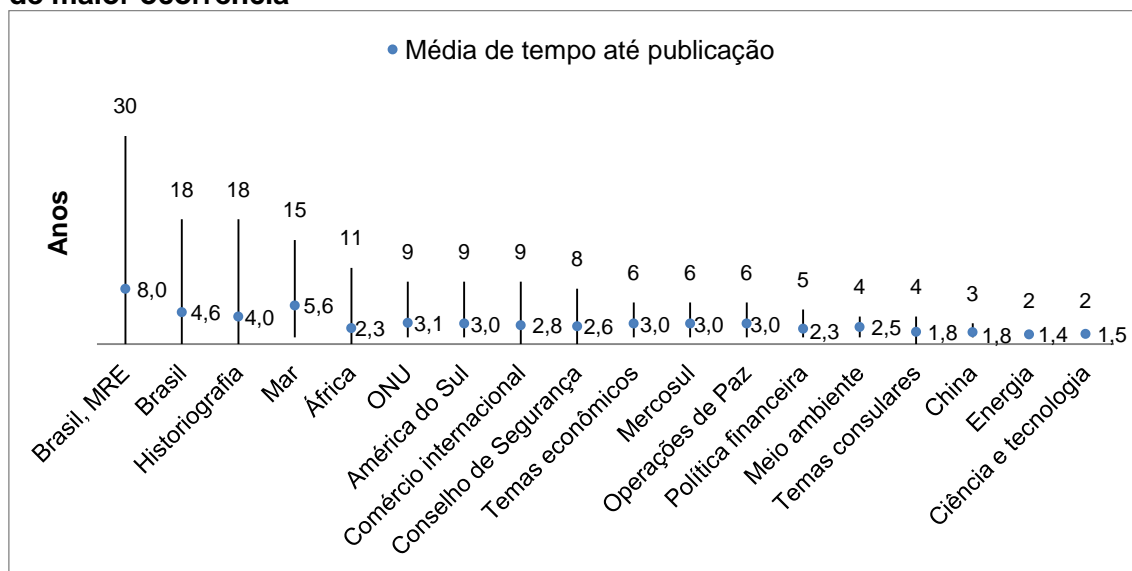
As teses sobre *Meio ambiente*, publicadas em média 2,5 anos após a defesa, apresentam distribuição regular durante todo o período de 1996 a 2015. Nessa categoria há teses sobre o sentido político das várias correntes do ecologismo [id #768]; programas de rotulagem ambiental, seu impacto nas exportações e tratamento multilateral [id #485]; ações governamentais no âmbito bilateral e multilateral para tratamento do problema da desertificação [id #224]; cooperação para preservação ambiental em zonas de fronteira [id #759] e para controle internacional de substâncias químicas [id #727] e a atuação do país nas conferências ambientais da ONU [id #167].

Por fim, as teses indexadas como *África*, foram publicadas em média 2,3 anos após a defesa. Elas apresentam a distribuição mais atípica: apenas uma tese publicada sobre o tema foi defendida entre 1981 e 1985; todas as demais foram defendidas entre 2011 e 2015: ao longo de todo o período de 25 anos, entre 1986 e

2010, não há registro de publicação pela FUNAG de tese do CAE, eventualmente defendida sobre o tema nesse período. As teses desse grupo abordam: as iniciativas regionais para esquemas de cooperação em segurança e paz (id #145 e #221); os processos de negociação e implementação de medidas para regulação da mineração e do comércio de diamantes [id #175]; o processo de negociação para independência do Zimbábue [id #487]; a agenda político-diplomática da China com países africanos, em âmbito bilateral e multilateral [id #523] e a diplomacia econômica da África do Sul pós-apartheid e suas relações bilaterais com o Brasil [id #736].

A figura 6, abaixo, mostra as médias de tempo até publicação bem como a amplitude entre os valores mínimo e máximo para cada uma das palavras de maior frequência. As palavras estão ordenadas por ordem decrescente do tempo máximo até publicação e revelam que as teses sobre aspectos organizacionais e institucionais do Itamaraty que estão sob a rubrica *Brasil, MRE*, são as que levam mais tempo para serem publicadas e apresentam a maior amplitude, havendo uma de suas teses levado trinta anos até ser publicada. Trata-se da tese de Gelson Fonseca Jr. [id #123] sobre a relação entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica de relações internacionais do Brasil, defendida em 1982 e publicada apenas em 2012.

Figura 6. Médias de tempo até publicação de teses do CAE, por palavras-chave de maior ocorrência



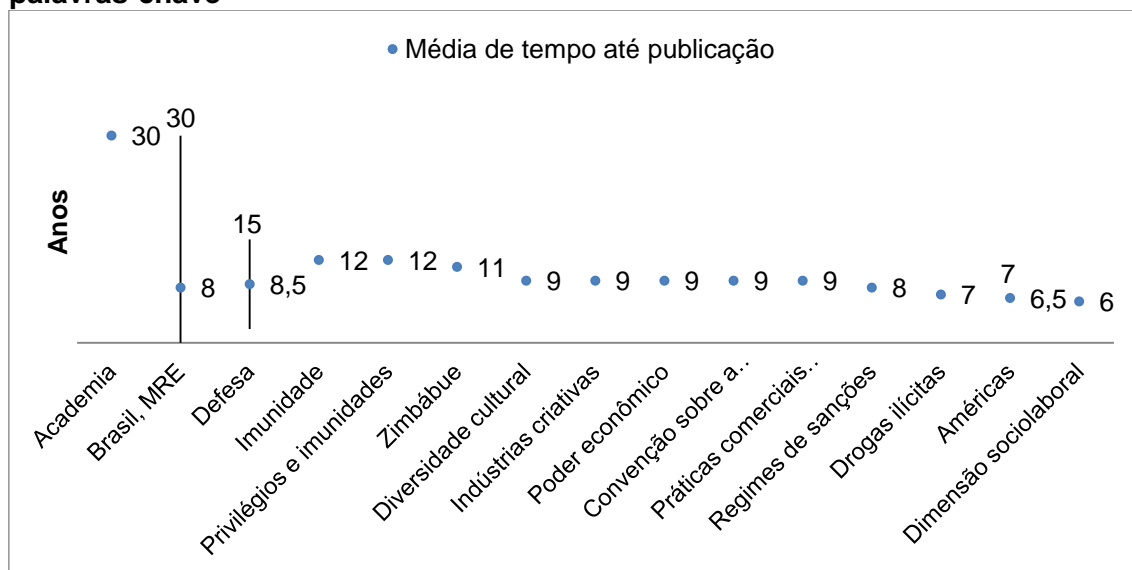
Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

Em seguida sucedem-se as teses indexadas por: *Brasil* e *Historiografia*, com o máximo de 18 e médias de 4,6 e 4,0 anos, respectivamente; *Mar*, com máximo de 15 e

média de 5,6 anos; *África*, máximo de 11 e média de 2,3; *ONU, América do Sul e Comércio internacional*, com máximo de nove e médias de três anos ou menos.

A figura 7, por sua vez, mostra as palavras-chave das 20 maiores médias de tempo e seus respectivos valores máximo e mínimo de anos até publicação. Ela indica aquelas teses cujos temas mais tempo levaram para que sua publicação fosse considerada oportuna. As teses que mais tempo levaram para que fossem publicadas versam sobre a *Academia* e *Brasil, MRE* com máximo de 30 anos (trata-se da tese, já citada, de Gelson Fonseca Jr. [id #123]. Bem abaixo dessa marca seguem *Defesa*, com máximo de 15 e média de 8,5 anos; *Imunidade* e *Privilégios e imunidades* com 12 anos e *Zimbábue*, com onze anos. *Diversidade cultural, Indústrias criativas e Convenção sobre a [...] Diversidade*, com nove anos, indexam a mesma tese de CAE [id #734]. O mesmo se pode dizer para *Poder econômico* e *Práticas comerciais restritivas* [id #405], com nove anos.

Figura 7. Maiores médias de tempo até publicação de teses do CAE, por palavras-chave



Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

Conclusão

O Itamaraty constituiu, com as teses do CAE elaboradas e defendidas ao longo dos últimos 36 anos, um amplo e variado acervo de análises da política externa brasileira e das relações internacionais. Sua publicação pela FUNAG permite que a comunidade acadêmica tenha acesso a uma parcela da produção intelectual dos diplomatas, filtrada por critérios de oportunidade e conveniência definidos pela alta

gestão da Casa. Não há como aferir diretamente a representatividade estatística dos títulos que vêm à luz, mas pode-se deduzir sua significância institucional: eles representam escolhas sobre o tipo de conhecimento, princípios e ideias desenvolvidas pelos seus agentes o qual se deseja que a comunidade acadêmica e o público em geral saibam que o Ministério detém. Nesse sentido, a disponibilização de teses do CAE expõe à livre análise a perspectiva do Itamaraty sobre temas específicos da agenda de política externa, constituindo um meio legítimo para sua difusão.

Em conjunto, os dados apresentados ao longo deste estudo exploratório evidenciam que a FUNAG veio (numa trajetória um tanto oscilante, mas contínua) constituindo um catálogo de teses do CAE significativo, equilibrando trabalhos antigos e recentes, mas com uma distribuição favorável a estes últimos. Mostram também que há amplo espaço para publicação de teses antigas como forma de resgate da memória diplomática, sem prejuízo da recentidade da coleção.

Os próximos passos de pesquisa devem se orientar para o aperfeiçoamento dos indexadores, com vistas a desenvolver um tesouro de política externa e relações internacionais, voltado para a comunidade acadêmica e a classe diplomática, que possa definir e sistematizar os conceitos empregados nesse campo de estudos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, P. R. 2006. *O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: LGE Editora.

ALMEIDA, P. R. 2014a. *Polindo a prata da casa: minirresenhas de livros de diplomatas*. Hartford: Edição do Autor. Disponível em: <https://www.academia.edu/8815100/23_Polindo_a_Prata_da_Casa_miniresenhas_de_livros_de_diplomatas_2014>.

ALMEIDA, P. R. 2014b. *Codex Diplomaticus Brasiliensis: livros de diplomatas brasileiros*. Hartford: Edição do Autor. Acessível em: <https://www.academia.edu/9084111/24_Codex_Diplomaticus_Brasiliensis_livros_de_diplomatas_brasileiros_2014>.

FARIAS, R.; CARMO, G. 2015. Filhos da democracia: os diplomatas brasileiros na Nova República, 1985-2010. *Mundorama*, 24 fev. Acessível em: <<http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/>>.

FONSECA JR., G. 2011. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: FUNAG.

GUSMÃO, L. A. 2012. A produção de teses e dissertações de relações internacionais no Brasil. *8º Encontro da ABCP*, 01 a 04 de agosto, Gramado/RS. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/5_8_2012_12_50_37.pdf>.

IPRI, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2016. *Banco de Teses e Dissertações*. Acessível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/btd/>>.

IRBR, Instituto Rio Branco. 2016. "Curso de Altos Estudos". Acessível em: <http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/curso_de_altos_estudos.xml>.

IRBR, Instituto Rio Branco. 2015. *Curso de Altos Estudos: teses aprovadas (1979-2015)*, Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAE/Lista%20de%20teses_out_2015.pdf>.

LESSA, A. C. 2005. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 169-184.

LESSA, A. C. 2005b. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra e CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), p. 33-50.

MOREIRA LIMA, S. E. 2015. FUNAG, de novo, entre os melhores “think tanks”. *Correio Braziliense*, Opinião, 23 fev., p. 9.

MIYAMOTO, Shiguenoli. 2003. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 103-114.

PINHEIRO, L. 2008. International Relations Studies in Brazil: Epistemological and Institutional Characteristics. *IPSA Conference*, Montreal, Canada, April 30-May 2. Disponível em: <<http://paperroom.ipsa.org/papers/view/4054>>.

PINHEIRO, L.; VEDOVÉLI, P. 2010. Intelectuais, burocracia e democracia. *Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS*, 25 a 29 de outubro, Caxambu/MG. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1495&Itemid=350>.

PINHEIRO, L.; VEDOVÉLI, P. 2012. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira. *Revista Política Hoje*, v. 21, n. 1, p. 212-254.

VARGAS, E. 2009. Individuals and Ideas in Itamaraty: The Role of Diplomatic Thought in Brazilian Foreign Policy. *ABRI/ISA Joint Conference*, 22 a 24 de julho, Rio de Janeiro/RJ.

Anexo 1. Publicações da FUNAG por coleção (1984-2016)

Ano	CAE	Outras	Total	CAE acumulado	Outras acumulado	Total acumulado
1984	0	3	3	0	3	3
1985	0	0	0	0	3	3
1986	0	1	1	0	4	4
1987	0	3	3	0	7	7
1988	0	0	0	0	7	7
1989	2	2	4	2	9	11
1990	1	4	5	3	13	16
1991	1	0	1	4	13	17
1992	3	0	3	7	13	20
1993	4	6	10	11	19	30
1994	1	12	13	12	31	43
1995	0	2	2	12	33	45
1996	0	0	0	12	33	45
1997	0	1	1	12	34	46
1998	6	1	7	18	35	53
1999	6	1	7	24	36	60
2000	1	5	6	25	41	66
2001	2	5	7	27	46	73
2002	2	11	13	29	57	86
2003	1	10	11	30	67	97
2004	1	12	13	31	79	110
2005	2	23	25	33	102	135
2006	3	13	16	36	115	151
2007	5	33	38	41	148	189
2008	7	42	49	48	190	238
2009	2	58	60	50	248	298
2010	14	60	74	64	308	372
2011	22	58	80	86	366	452
2012	6	60	66	92	426	518
2013	10	50	60	102	476	578
2014	8	17	25	110	493	603
2015	13	16	29	123	509	632
2016	1	8	9	124	517	641
Total geral	124	517	641	-	-	-

Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.

Anexo 2. Teses do CAE aprovadas e publicadas, por ano de defesa (1979-2016)

Ano de defesa	Aprovadas e publicadas	Aprovadas	Publicadas acumulado	Aprovadas acumulado
1979	0	11	0	11
1980	0	2	0	13
1981	0	17	0	30
1982	4	33	4	63
1983	1	29	5	92
1984	0	17	5	109
1985	1	12	6	121
1986	0	10	6	131
1987	1	7	7	138
1988	1	10	8	148
1989	0	12	8	160
1990	3	14	11	174
1991	2	17	13	191
1992	0	12	13	203
1993	4	28	17	231
1994	2	15	19	246
1995	2	10	21	256
1996	2	9	23	265
1997	5	15	28	280
1998	1	12	29	292
1999	4	12	33	304
2000	4	21	37	325
2001	1	19	38	344
2002	0	9	38	353
2003	0	25	38	378
2004	4	13	42	391
2005	5	29	47	420
2006	3	31	50	451
2007	12	55	62	506
2008	4	29	66	535
2009	12	29	78	564
2010	10	33	88	597
2011	17	44	105	641
2012	6	27	111	668
2013	8	27	119	695
2014	5	14	124	709
2015	0	9	124	718
Total	124	718	-	-

Fonte: Lista de Publicações da FUNAG e IRBR (2015). Elaboração do autor.

Anexo 3. Lista de palavras-chaves das teses do CAE publicadas pela FUNAG, por número de ocorrências

Palavras-chave	Ocorrências
Brasil.	19
ONU.	10
Energia.	7
África; Brasil, MRE; Historiografia; Meio ambiente.	6
Mar; Conselho de Segurança; Temas consulares; Temas econômicos.	5
América do Sul; China; Ciência e tecnologia; Comércio internacional; Mercosul; Operações de Paz; Política financeira	4
Amazônia; Bolívia; Comércio exterior; Desarmamento; Descolonização; Direito internacional; Direitos humanos; Estados Unidos da América; Integração Latino-Americana; Integração sul-americana; OMC; Organismos internacionais; Temas culturais.	3
África do Sul; Alemanha; Américas; Argentina; Assuntos jurídicos; Assuntos militares; Atuação diplomática; Brasil Império; Cooperação internacional; Defesa; Democracia; Diplomacia cultural; Diplomacia econômica; Discurso diplomático; Espanha; Esporte; Estados Unidos; França; Fronteiras; Imigração; Indígenas; Japão; Nacionalismo; OEA; Organizações não governamentais; Parceria estratégica; Questões de limites; Reforma; Saúde; Soberania; Transportes; União Africana; União Europeia.	2
Abertura seletiva; Academia; Agenda social; América Latina; Angola; Áreas de atuação; Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS); Ásia; Atores não estatais; Autodeterminação; Bacia do Prata; Bélgica; Bens ambientais; Bioética; Brasil República; Chile; Combustíveis fósseis; Comércio de serviços; Comissão para Consolidação da Paz (PBC); Comitê de Comércio e Meio Ambiente em Sessão Especial da OMC (CTESS); Companhias Militares Privadas; Comunidades no exterior; Conferência Mundial de Durban; Conferências ambientais; Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS); Conselho Econômico e Social (ECOSOC); Contratados privados; Convenção da Basileia (1992); Convenção de Roterdã (1998); Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005); Cooperação bilateral; Cooperação hemisférica; Cooperação judiciária; Cooperação técnica; Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD); Cooperação técnica horizontal; Crise política; Cúpula das Américas; Declaração das Nações Unidas sobre a Clonagem Humana (2005); Declaração de Soberania do Povo da Catalunha (2013); Declaração Unilateral de Independência do Kosovo (1990); Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005); Desenvolvimento sustentável; Desertificação; Diálogo de Alto Nível sobre Migrações Internacionais e Desenvolvimento; Diamantes brutos; Dimensão sociolaboral; Diplomacia científico-tecnológica; Diplomacia presidencial; Direito Humanitário Internacional; Diversidade cultural; Drogas ilícitas; Ecologismo; Economia criativa; Emigração; Energia de fusão; Energias alternativas; Estados bálticos; Estônia; Etanol; Extradicação; Foro Global sobre Migrações e Desenvolvimento; Fundo de Garantia do Mercosul (FGM); Globalização; Governo Sarney; Governança Ambiental Internacional; Governo Merkel; Governo Schröder; Haiti; IBAS; Ilícitos transnacionais; Imagem; Imunidade; Índia; Indústrias criativas; Informação diplomática; Integração regional; Internet; Intervenção humanitária; Intolerância; Investimentos estrangeiros; Iraque; José Bonifácio; Kôsovo; Legitimidade; Letônia; Liberalização; Listas de compromissos específicos; Lituânia; Memória diplomática; Metodologia; Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs); Microestados; Migrações; Movimentos indígenas; Multifuncionalidade; Multilateralismo; Museu Histórico e Diplomático (MHD); Negociações agrícolas; Negociações extrarregionais; Noruega; OCDE; Oliveira Lima; OMI; OMS; Ordem internacional; Organismo internacional; Organização Internacional de Energia de Fusão ITER (OI-ITER); Oriente Médio; Países andinos; Países em desenvolvimento; Países não membros; Patrimônio monumental, museológico e documental; Paz e segurança; Peru; Pesquisa clínica transnacional; Poder brando; Poder econômico; Poder Legislativo; Política agrícola; Política indigenista; Políticas de inovação; Potência central; Potência em ascensão; Práticas comerciais restritivas; Preocupações não-comerciais; Princípios de política externa; Privatização do uso da força; Privilégios e imunidades; Processo de Kimberley; Processo decisório; Processo negociador; Produtos de base; Produtos farmacêuticos; Promoção comercial; Promoção internacional; Propaganda estatal; Propriedade industrial e intelectual; Protecionismo; Protocolo de Montevideu (1997); Racismo; Regime global; Regimes de sanções; Reino Unido; Relações internacionais; Representatividade; Responsabilidade de Proteger (RdP); Reunificação alemã; Segurança contra a Proliferação (PSI); Segurança química; Sistema de patentes; Sudeste asiático; Tecnologia da informação e comunicação; Temas sociais; Teoria do Peak Oil; Terrorismo; Timor Leste; Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT); Tratados internacionais; Tratamento nacional; Tribunal Penal Internacional; Turismo; UNESCO; Unidroit; Uruguai; Visconde do Uruguai; Xenofobia; Zimbábue; Zona costeira.	1

Fonte: Lista de Publicações da FUNAG. Elaboração do autor.